



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
SCN - Qd. 6 - Bl. A – Shopping ID – Sala 1202
70.716-000 - Brasília – DF
Tel: 61 3327 4124

Ata da sétima Reunião do Grupo de Trabalho sobre Turismo Náutico

Aos vinte e um dias do mês de agosto de 2009, na ACIF, em Florianópolis, com a presença de Ricardo Moesch, Rosiane Rockenbach, Mariana Xavier, Alessandro de Castro, Mário Augusto Lopes Moysés e Rodrigo Bauer, representantes do Ministério do Turismo; Karla Baêta, Leila Lacerda e Teles Neves, representantes da ANVISA; Marco Cardoso, representante da ABREMAR; Carlos Eduardo Bueno Netto, da BRASILCRUISE; Milton Sanches, da CVC; Lia Bergman, representante da Sec. Esp. Portos; Marcus Soares, da Brasil Yatch Charter; Abraham Rosemberg, da Superyatchs Brazil; Marcelo da Cruz; Ernesto São Thiago, representante da ACATMAR; Walter Garcia, consultor; Luiz Alberto Matos dos Santos e Ana Paula da Silva, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego; Geraldo Juaçaba e Luiz Alberto C. da Silva, representantes da Marinha do Brasil; Márcio Cunha, da Polícia Federal; Marinez Scherer, do Instituto Ambiental Ratoles; Cláudio Brasil do Amaral, do Instituto de Marinas do Brasil; Valdir Walendowsky, da SANTUR; Antônio Costa; Samuel Lima; Paula Moraes; Jamille Machado; Alexandre Stodieck; Maria Valdete Campos; Marcus Polette; Homero Gomes; Elzário Júnior; Paulo Alves; Marcos Jaques; Carlos Campos; Robert Grantham e Anderson Menezes, reuniu-se o Grupo de Trabalho de Turismo Náutico do Ministério do Turismo para cumprimento da ordem do dia.

Os trabalhos da presente reunião foram abertos pelo presidente da ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, tendo sido coordenados pelo Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Sr. Mário Augusto Lopes Moysés e pelos senhores Ricardo Moesch e Rosiane Rockenbach.

Em seguida, Valdir Walendowsky, presidente da Santa Catarina Turismo – SANTUR discorreu acerca da indústria náutica de Santa Catarina, bem como a respeito do potencial do estado para a realização do Turismo Náutico, colocando as dificuldades encontradas pelo estado na organização do segmento e destacando a importância de criação do GT Náutico pelo MTur.

Para o início dos trabalhos, o coordenador do grupo, Mário Moysés, pediu a todos os presentes que se apresentassem. Logo em seguida, ocorreu a aprovação da ata da reunião anterior e a leitura da pauta do dia, conforme abaixo.

09:00 Abertura dos Trabalhos, Informes Gerais e apresentação da dinâmica da reunião.

09:30 Exposição sobre os critérios de Portos Turísticos Internacionais.

10:00 Apresentação Marinha do Brasil – Normans.

11:00 Divisão do GT em quatro grupos de trabalho:

- Discussão sobre a apresentação da Marinha e as Normans existentes
- Territórios Prioritários e Infra – Estrutura.
- Demandas de Capacitação.
- Legislação referente ao setor de charters.

12:30 Intervalo para almoço.

14:00 Abertura e Apresentações sobre os Trabalhos Desenvolvidos pelas Associações Locais.

14:45 Apresentação Bandeira Azul – Certificação de Embarcações e Marinas.

15:30 Coffee-Break.

15:45 Apresentação dos Trabalhos Realizados pelos Grupos de Trabalho (30 min cada).

18:00 Encerramento

O Secretário executivo destacou então o trabalho que vêm sendo desenvolvido pelo grupo, seus objetivos e a importância estratégica do mesmo para o MTur e para o segmento.

Passou-se então a palavra para a Coordenadora Geral de Segmentação, Rosiane Rockenbach, que discorreu acerca dos encaminhamentos sobre a questão dos portos turísticos internacionais, explanando que a questão será abordada por meio de uma audiência entre o Secretário Executivo do Ministério do Turismo, o Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico e o Diretor Geral da ANTAQ – Fernando Fialho. Outro fórum onde o assunto poderá ser tratado é no grupo de trabalho vinculado à GI-GERCO, em conjunto com outros parceiros governamentais.

Karla Baêta, da ANVISA, enfatizou então a necessidade de retomar esta discussão. Já Carlos Eduardo Bueno Netto destacou a necessidade de aproveitamento do trabalho realizado pela ANTAQ.

Rosiane Rockenbach colocou então, que tão logo resultados sejam obtidos, os mesmos serão levados ao alcance do grupo. Já Mário Moysés, frisou a necessidade desta normatização em um curto espaço de tempo, para que os projetos em andamento sejam realizados de acordo com a mesma.

Ricardo Moesch complementou dizendo que a situação é urgente, uma vez que a resolução da ANTAQ encontra-se em vias de aprovação.

Em seguida iniciou-se a apresentação do Comandante Luiz Alberto, da Marinha do Brasil, que explanou de maneira geral as NORMANS existentes e relacionadas à prática da atividade turística. Destaque para as NORMANS 01, 02, 03, 04 e 13, bem como para a lei nº 9.537.

Após a referida apresentação, Ana Paula da Silva, representante do Ministério do Trabalho questionou se os cursos de formação que são oferecidos pela Marinha, também poderiam ser disponibilizados por outras entidades. Em complemento, Walter Garcia e Abraham Rosemberg, também questionaram sobre a suficiência em relação ao número de vagas oferecidas pelos cursos de formação da Marinha.

Iniciou-se então a apresentação da ANVISA, acerca da influenza A - H1N1, onde foram abordados os impactos desta doença na próxima temporada de cruzeiros. Karla explanou que apesar de termos um declínio em relação ao número de casos registrados desta doença, a preocupação deve ser em relação a um segundo surto da mesma, proveniente do Hemisfério Norte, onde o inverno se inicia brevemente e os casos de gripe tendem a aumentar. Ressaltou ainda a possibilidade de um segundo surto oriundo do Brasil, com a chegada do inverno no hemisfério sul.

Foi colocado que em um primeiro momento, a preocupação dos órgãos de saúde foi concentrada principalmente em portos e aeroportos, como forma de evitar a chegada da gripe no país, porém, com o início da sua transmissão sustentada em território nacional, a tendência em relação à fiscalização de portos e aeroportos será de redução.

Karla aproveitou ainda para enfatizar a posição da ANVISA em relação aos portos turísticos internacionais, no sentido de que estes devem ser portos organizados.

Após, Mário Moysés, sugeriu a criação de mecanismos de gerenciamento de informações, como forma de evitar algumas situações registradas na temporada 2008 – 2009.

Outro ponto colocado, por Karla Baêta, foi a necessidade de controle das escalas de cruzeiros e fluxo de cruzeiros. Moesch complementou dizendo que em virtude da lei nº 11.771 – Lei do Turismo, a questão será competência do MTur.

Iniciou-se então, a divisão em grupos de trabalho, conforme a programação acima.

Já no período da tarde, após o intervalo para almoço, Valdir Walendowsky abriu os trabalhos destacando as políticas de regionalização e segmentação desenvolvidas pelo MTur e o alinhamento do estado de Santa Catarina em relação as mesmas.

Em seguida, apresentou em conjunto com outros atores regionais, as ações que vêm sendo desenvolvidas no estado, bem como a infra-estrutura existente e em planejamento no estado.

Passou-se então para a apresentação do projeto Bandeira Azul, realizada por Cláudio Brasil do Amaral e Marinez Scherer, onde foi apresentado o projeto em linhas gerais, para certificação de praias e marinas. Marinez colocou ainda, o interesse em iniciar a certificação de navios de cruzeiros, difundindo esta, para outros países.

Em seguida, iniciou-se a apresentação dos grupos de trabalho, conforme a seguir:

Capacitação

Já no grupo de capacitação, foram definidos os seguintes tópicos:

Objetivos: identificar a demanda nacional do mercado profissional do setor de turismo náutico e construir um Plano Nacional de Capacitação, como forma de fomentar mais e melhores empregos.

Diagnóstico:

1. deficiências/fragilidades:

- 1.1. investimentos públicos em qualificação profissional insuficientes
- 1.2. profissionais da área náutica: baixa qualidade da mão de obra disponível no mercado (80% de insatisfação)
- 1.3. necessidade de identificação/conhecimento da dimensão da demanda nacional de qualificação

2. Oportunidades:

- 2.1. expansão do mercado real/aumento da oferta de vagas
- 2.2. carência de profissionais qualificados disponíveis
- 2.3. disponibilidade de participação efetiva do setor produtivo

Territorialidade das ações:

65 destinos indutores identificados pelo Ministério do Turismo

Público(s) prioritário(s) / A quem se destina a qualificação:

Trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, egressos do SPE, e residentes nas comunidades medianeiras aos destinos indutores já identificados

Identificação da demanda:

Cursos de qualificação social e profissional para:

- a) ocupações não formais – geral
- b) ocupações ligadas à navegação (Marinha do Brasil)

Demandantes (setores econômicos envolvidos):

Perspectivas/Projeção de Inserção:

Outras variáveis a serem discutidas:

- a) parametrização de conteúdos programáticos/títulos de cursos/carga horária
- b) participação do sistema brasileiro de normalização/normatização (INMETRO)
- c) acreditação de entidades executoras
- d) processo de certificação profissional

Interface governamental mínima:

Ministério do Turismo/Ministério do Trabalho e Emprego/ Marinha do Brasil

Definição de formas de parceria com o setor privado:

Metas/produtos estratégicos e operacionais:

- a) garantir o diálogo tripartite na discussão do subgrupo

- b) construir e aprovar Termo de Referência/Plano de Trabalho, com cronograma de execução das ações propostas
- c) realização imediata de pesquisa de mercado para identificar a demanda
- d) construir a interface governamental através de Termo de Parceria subscrito pelos agentes envolvidos (MTE / MT / MARINHA)
- e) convidar representante do Sistema Brasileiro de Conformidade (acreditação) para participar como consultor das discussões técnicas do subgrupo

NORMANS

Já no grupo das NORMANS ficou acordado que não haverá necessidade de criação de uma NORMAN específica para embarcações de turismo, e sim a adequação das NORMANS existentes de forma a não excluírem a atividade turística. Assim, o grupo deverá verificar os pontos controversos e indicá-los a Marinha do Brasil sugerindo a modificação. Ficou acordado também que o grupo deverá analisar outros pontos controversos da legislação do segmento para que as sugestões fossem encaminhadas pelo grupo ao órgão ou entidade responsáveis.

Legislação

Por sua vez, em relação à questão da legislação, ficou acordado que será estudada a viabilidade de se inserir a questão da tributação referente aos charters junto à Instrução Normativa que vêm sendo elaborada para os Cruzeiros Marítimos.

Territórios Prioritários

Não houve apresentação, os mesmos, depois de discutidos e validados serão enviados ao grupo por e-mail e apresentados em reunião posterior.

Por fim, colocou-se a questão da segurança marítima, tendo sido sugerido que fosse passado à Polícia Federal um informe com todos os acontecimentos relacionados a este tema.

Assim, às dezoito horas do dia vinte e seis de maio de 2009, encerrou-se a reunião.

Brasília, 15 de setembro de 2009.

Ministério do Turismo

Coordenação Geral de Segmentação: 3327 4124

Coordenação Geral de Serviços Turísticos: 3327 4514